



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



Seção II

ANO XXV - N.º 47

SÁBADO, 13 DE JUNHO DE 1970

BRASILIA - D F

SENADO FEDERAL

ATA DA 53.ª SESSÃO, EM 12 DE JUNHO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. FERNANDO CORRÊA

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Petrônio Portella — Waldemar Alcântara — Duarte Filho — Dinarte Mariz — Manoel Villaça — Argemiro de Figueiredo — José Ermírio — Leandro Maciel — Júlio Leite — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Gilberto Marinho — Fernando Corrêa — Mello Braga — Atílio Fontana — Guido Mondin — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarou aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE
PARECER**

PARECER N.º 352, DE 1970

da Comissão de Agricultura, sobre o Requerimento n.º 51, de 1970, do Senhor Senador José Ermírio, solicitando a criação de Comissão Especial, composta de 5 (cinco) Senhores Senadores, para, no prazo de 90 dias, contados da sua instalação, estudar a situação da lavoura canavieira e da indústria açucareira no Brasil e fazer as recomendações convenientes sobre melhoria de produção, plantio, industrialização, financiamentos adequados e preços, a fim de normalizar as inconveniências apresentadas nas várias regiões brasileiras e para que possa esta agroindústria sobreviver e desenvolver-se no País.

Relator: Sr. Milton Trindade

No presente Requerimento, o Senhor Senador José Ermírio, com apoio

no art. 63, do Regimento Interno do Senado Federal, propõe a criação de "Comissão Especial", com o objetivo de estudar a situação da lavoura canavieira e sua industrialização, no sentido de recomendar as providências que se fizeram necessárias à sobrevivência e desenvolvimento da indústria açucareira, setor de atividade de real importância na economia brasileira.

Em abono da proposição, assim se manifesta seu ilustre autor:

"Atualmente, a lavoura canavieira e a indústria açucareira, no Brasil, estão passando por sérias dificuldades. Por esta razão, deliberamos fazer o presente requerimento e julgamos necessário convocar os dirigentes das cooperativas, do Instituto do Açúcar e do Alcool, órgãos do Ministério da Agricultura e das Secretarias de

Agricultura dos Estados, a fim de que o Senado possa fazer recomendações ao Governo para solucionar os problemas da lavoura canavieira no nosso País. Ao mesmo tempo, devem ser estudados os meios mais econômicos de produção de açúcar e de álcool e de outros produtos da indústria para determinar quais os mais convenientes de serem fabricados. Sabemos que é imprescindível organizar as cooperativas brasileiras de açúcar e álcool de molde a estabelecer garantias aos seus cooperados, evitando as dificuldades que estão acontecendo".

Esperando que os resultados obtidos correspondam aos seus objetivos, somos pela aprovação do requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de junho 1970. — Atílio Fontana, Presidente — Milton Trindade, Relator — Júlio Leite — José Ermírio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Está finda a leitura do Expediente.

Há oradores inscritos. O primeiro deles é o Sr. Senador Atílio Fontana, a quem dou a palavra.

O SR. ATÍLIO FONTANA (Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, nesta oportunidade, desejamos focalizar problema de segurança de voo e pouso nos aeroportos em nosso País, principalmente naqueles de maior movimento, como são, em regra, os das Capitais dos Estados.

Existem, hoje, condições excepcionais para, do próprio aeroporto, guiar os aviões, através de radar e de televisor, que o operador tem à frente e

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,20

Tiragem: 27.000 exemplares

pelo qual pode ver a posição do avião que se vai aproximando ou se distanciando da pista.

Mas, infelizmente, em nosso País, há bem poucos aeroportos com radar. Segundo me consta, são três ou quatro apenas: São Paulo, Guanabara, Brasília, se não me engano, e Pôrto Alegre.

Nos aeroportos de Curitiba e de Florianópolis, por exemplo, localizados perto de obstáculos perigosos, como montanhas, os aviões a jato, por um pequeno erro do comandante, guiados apenas pelo pôsto de escuta do aeroporto, do rádio farol, estão sujeitos a se desviarem da rota oficial e causarem acidentes fatais.

Esperamos que o Sr. Ministro da Aeronáutica, que tem tomado tão boas medidas, saneadoras e de desenvolvimento da aeronáutica civil em nosso País, tome providências para a solução deste problema.

É o apêlo que fazemos, nesta oportunidade, no sentido de se aparelharem os principais aeroportos do País, principalmente os do Sul, onde agora, na época do inverno, freqüentemente

nevoeiro baixo ou mesmo neblina impede a operação por falta de radar.

O radar é uma segurança para os passageiros e para os tripulantes. E mais ainda, é uma forma muito importante para atrair maior número de passageiros para usarem o transporte aéreo. Foi criada uma taxa, que está sendo cobrada a Cr\$ 5,00, para os vôos domésticos e, ainda mais elevada, para os vôos internacionais. Ninguém duvida que as despesas que o Ministério da Aeronáutica enfrenta são elevadas, mas, esperamos que ele possa destacar uma parte dessa taxa cobrada, para equipar com radar os aeroportos de Curitiba e Florianópolis, principalmente, para que possam então oferecer o conforto, a tranqüilidade que os passageiros desejam ter, e as próprias aeronaves.

Assim sendo, endereçamos estas palavras a S. Exa. o Sr. Ministro da Aeronáutica, esperando que cheguem ao seu conhecimento, porque elas são não somente nossas mas de todos aqueles que precisam viajar nos transportes aéreos. E são, também, das próprias companhias de transporte aéreo que

terão melhor aproveitamento dos seus aviões e, em consequência, melhores condições para bem atender a população de nosso País.

Sr. Presidente, para mais um assunto desejo, nesta oportunidade, chamar a atenção de S. Exa., o Senhor Ministro da Fazenda. As classes conservadoras, as classes empresariais de há muito vêm reclamando — e a este respeito até mesmo projetos de lei foram apresentados — para que se reduza o tempo de conservação de arquivos mortos, arquivos de documentos de exercícos passados.

Atualmente, as empresas são forçadas a conservar toda a documentação durante cinco anos. Quando não interrompido este prazo que aí se prolonga por mais cinco anos, é bastante uma notificação fiscal para que ele se dilate ainda mais.

Com as exigências fiscais os empresários são forçados a conservar grande número de documentos, papéis, notas fiscais, faturas, duplicatas etc., o que importa em despesa para conservação de arquivo tão volumoso.

Temos em mãos um ofício da Associação Comercial de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, que se faz acompanhar de outro ofícios e de vários documentos enviados a S. Exa. o Senhor Ministro da Fazenda, formulando apêlo no sentido de que o prazo da obrigatoriedade de se conservar, em arquivos, toda a documentação exigida pela fiscalização, seja reduzido de cinco para três anos.

Com a rapidez extraordinária com que, hoje em dia, se pode controlar toda a documentação das empresas, principalmente agora que o próprio Ministério da Fazenda está equipado com aparelhos eletrônicos, acreditamos que o prazo de cinco anos é demasiadamente longo. Conforme solicita a Associação Comercial de Campos, parece-nos que três anos seriam amplamente suficientes para que as autoridades federais, estaduais e municipais, pudessem fiscalizar as empresas, enfim, as pessoas jurídicas, como de sua competência.

É o apêlo que formulamos ao Sr. Ministro da Fazenda, que se já não tomou esta providência em atenção aos reiterados pedidos que deve ter recebido, nós agora os reforçamos, no sentido de que seja reduzido esse prazo para estímulo e como fator de economia para as empresas privadas.

Sr. Presidente, nesta oportunidade, desejo externar aqui o meu sentimento, a minha tristeza pelo seqüestro, na noite passada, do Embaixador da República Federal Alemã, em nosso País, na Guanabara, e pela morte de um agente policial e o ferimento de dois outros que o Governo brasileiro mantém para defender a integridade do corpo diplomático em nosso País.

O Sr. Carlos Lindenberg — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Carlos Lindenberg — V. Exa. creio que está interpretando o sentimento de todo o Senado da República e, especialmente, o meu também. Nunca imaginei que no Brasil houvesse gente capaz de crimes tão monstruosos como estes que vêm sendo praticados por estes que se dizem políticos terroristas, e sob essa capa querem se esconder para poder obter, mais tarde, asilo em outros países. Es-

tuou de pleno acôrdo com o pronunciamento de V. Exa. e quero aqui lançar o meu protesto contra esta onda de crimes que se praticam, não só contra brasileiros, como aconteceu agora e tem acontecido tantas vezes, mas contra representantes de nações amigas, colocando-nos na difícil situação de um País cujo povo não é civilizado. Mas, a grande massa do povo, a maioria dos brasileiros, sem dúvida, não pode ser responsável por tais crimes. Inteira solidariedade a V. Exa.

O SR. ATTILIO FONTANA — Muito grato, nobre Senador. Realmente, é uma situação dolorosa, porque se existem aqueles que têm alguma coisa a reivindicar do Governo, deveriam ir por outros caminhos, não esses de sacrificar elementos inocentes, elementos que não têm nenhuma culpa se é que podemos considerar culpados de algum ato alguma autoridade brasileira. Não acreditamos, mas, de qualquer forma, não seria esse o caminho. Nosso pesar é maior em se tratando de um país amigo, como é a Alemanha Ocidental, que tem colaborado para o desenvolvimento do Brasil, quer com capitais, quer com a concessão de cursos para nossos técnicos, para nossos jovens estudantes. Portanto, não se justifica esse atentado contra uma nação amiga, nação que procura contribuir para o desenvolvimento de nossa Pátria. Esperamos que o Governo tome providências cabíveis, para maior segurança do corpo diplomático, como também coíba os assaltos a estabelecimentos de crédito e empresariais, fatores de progresso para o País, com grande número de patriotas ganhando honradamente seu sustento e o de seus familiares.

Sr. Presidente, nesta oportunidade queremos externar nossa decepção e inconformidade com a atitude dos seqüestradores, elementos mal formados, sem dúvida nenhuma.

Felizmente, temos aqui em mãos o manifesto, publicado pela imprensa, ontem, dos estudantes das Universidades de São Paulo, declarando, exatamente, solidariedade aos princípios democráticos e de moralidade que o Governo brasileiro procura defender e conservar para o povo brasileiro.

De sorte que esperamos que esses elementos perversos tomem conheci-

mento da manifestação dos estudantes brasileiros e deixem de praticar atos tão detestáveis, como aquele que ocorreu ontem à noite.

Fazemos votos para que, dentro breve, o corpo diplomático dos países amigos do nosso transfiram as suas residências para esta Capital, onde, com certeza, o Governo brasileiro poderá oferecer maior segurança, como sabemos que é de seu desejo. Numa cidade organizada e de menor população, como Brasília, será mais fácil de dar uma assistência de segurança aos Srs. Diplomatas que vêm para o nosso País.

Era isto que eu queria dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Com a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sabemos todos que a principal missão de um jornal é informar com veracidade e objetividade. Interpretar as notícias imparcialmente, analisando todos os pontos de vista e expressar sua própria opinião com clareza, criando um vínculo de confiança entre o leitor e o jornal.

Gostamos sempre de acentuar que a imprensa é a única fonte de informação e de interpretação para milhões de seres e cumpre hoje uma função informativa quase tão importante como a dos institutos de ensino e preenche, em certo sentido, o vazão cultural de uma educação superior que não é patrimônio de todos os homens. Compreendemos como é difícil cumprir cabalmente a exigência de objetividade e a absoluta objetividade é talvez impossível de ser alcançada, de vez que cada um vê os fatos de acôrdo com o seu temperamento e sem poder subtrair-se às suas idéias e tendências.

Para realizar sua tarefa, o jornalista deve escolher os acontecimentos dentre o acúmulo de sucessos quotidianos. Mas uma vez que elegeu dentre eles o que a seu juízo se reveste da maior importância, seu dever é dizer toda a verdade e este imperativo vale para todos os fatos, positivos ou negativos.

A imprensa deve ajudar o homem do povo a compreender os processos

contemporâneos, guiá-lo através do complexo emaranhado dos acontecimentos e da massa crescente de informação disponível, sem menoscabo da obrigação de recolher a informação e a opinião do maior número de setores do país.

João XXIII assinalava que o jornalista não se improvisa, cumpre uma missão social importante na comunidade e para a qual mister é possuir a versatilidade do literato, a exatidão do jurista e o sentido de responsabilidade do educador. Admirável conjugação de dotes que tornam eficaz o desempenho do nobre magistério da pena, em função social, quando exercida como um apostolado.

Sr. Presidente, tais comentários nos ocorrem quando lembramos que há 40 anos nasce o *Diário de Notícias* sob o signo da Revolução de 1930, marco de renovação e reforma na história brasileira.

É foi ao calor da campanha em que os mais altos ideais da nacionalidade despertados pela gloriosa mocidade militar de 1922 e 1924 se afirmaram com determinação e fé na vitória, que o grande jornal iniciou a sua fulgurante trajetória e travou as suas primeiras lutas.

Desde então não se desviou dos ideais que inspiraram o seu bravo e tenaz fundador Orlando Dantas, paradigma de coragem moral e cívica, espírito indômito, exemplo constante de tranqüilla bravura, de bondade natural, de reflexão serena, de destemor na ação e de profundo respeito pelo direito alheio.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Dinarte Mariz — Eu felicito V. Exa. por prestar esta homenagem ao *Diário de Notícias*, que, inegavelmente, tem lugar de destaque na imprensa nacional. O *Diário de Notícias* foi fundado por Orlando Dantas, rio-grandense do norte dos mais eminentes. Sua figura, naturalmente, haverá de ser evocada, muitas vezes, quando se tratar de exemplo de correção e bravura e, sobretudo, de patriotismo para servir ao País, através da nossa imprensa. Portanto, V. Exa. está, nesta hora, fazendo justiça àquele norte

rio-grandense que, na Capital da República de então, deixou marca indelével da sua cultura, do seu patriotismo e, sobretudo, do grande amor que ele dedicou à imprensa nacional.

O SR. GILBERTO MARINHO — O depoimento do nobre Senador Dinarte Mariz se reveste, além da autoridade que lhe é própria, da circunstância de ter sido, durante larga faixa de sua vida, amigo e companheiro inseparável de Orlando Dantas.

Consagrou sua vida ao seu jornal e à sua missão de jornalista, que realmente exerceu como um apostolado consciente em servir ao povo de sua Pátria com honradez e absoluta independência, a fim de que a orientação transmitida à opinião pública jamais se visse influenciada por qualquer interesse menos elevado.

Com estas palavras, saúdo os seus dignos continuadores, D. Ondina Portella Ribeiro Dantas, Embaixador João Portella Ribeiro Dantas, Sérgio de Oliveira e Maurício Vaitzman e a todos que no *Diário de Notícias* exercitam relevante atividade patriótica na sustentação dos legítimos interesses do povo e da Nação. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Tem a palavra o nobre Senador Petrónio Portella.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, no momento em que o Sr. Presidente da República, General Emilio Médici, mobiliza o Governo e convoca a Nação para salvar o Nordeste da aflição e das agruras da seca, esse trabalho se interrompe e o povo estupefocado assiste a horróroso crime que se pratica contra o representante diplomático da Alemanha.

É a subversão requintada, Sr. Presidente. É a subversão armada que, contrariando a vocação democrática do nosso povo, oferece o degradante espetáculo que não fica mal apenas para o Brasil, cujo povo o condena, cujo Governo o malsina, mas fica mal para o homem civilizado, para a nossa civilização, contra a qual esses

agentes internacionais procuram lutar com armas traiçoeiras e desiguais.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Câmara Alta não pode ficar alheia a esse acontecimento inominável. Aqui, se apresenta, pois, através de sua maioria, autorizado que estou pelo eminente Senador Filinto Müller, para condenar, com toda veemência, esse atentado ao representante diplomático da Alemanha, na certeza de que interpreto o pensamento geral do povo brasileiro.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende — A Nação, realmente, se encontra estupefada, estupefacta e revoltada, diante do hediondo acontecimento, porque o seqüestrador e o terrorista são seres abomináveis que extrapolam a qualquer requinte de definição penal. Não há figura digna da repressão penal mais hedionda do que a do terrorista ou do seqüestrador. É bom que se mencione que, sob o ponto de vista criminal, o atentado maior quem sofreu foi o agente brasileiro da autoridade, que tombou na covardia do atentado, sacrificando a sua vida, numa atitude de prevenção de segurança para com o valoroso e sereno diplomata germânico. Seria interessante que se aproveitasse a oportunidade, também, para manifestarmos, aqui, nossa confiança, no sentido de que os Bispos brasileiros poderiam, perfeitamente, edificar uma pastoral, em torno do degradante episódio de seqüestro e de terrorismo.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Agradeço o aparte do nobre Senador Eurico Rezende, e a ele acrescentaria: os Bispos e todas as corporações e todas as entidades e todas as forças vivas da Nação se têm de mobilizar, visando a dar apoio ao Governo, às medidas, não apenas repressivas, mas às medidas preservadoras da vida democrática, porque este atentado não é simplesmente à pessoa humana; ele se volta, também, contra o País, contra as suas instituições.

Não tenho a menor dúvida em proclamar que têm inspirações externas, e, cada dia, tais atos perturbam a vida das nações ocidentais. É preciso que

compreendamos, de uma vez, a gravidade do momento e nos mobilizemos todos, todos os democratas deste País, em torno do Governo, para que a ação repressiva se faça, agora, enérgica e eficiente, visando à defesa da paz entre os brasileiros.

O Sr. Filinto Müller — Permite-me V. Exa. um aparte;

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com todo o prazer!

O Sr. Filinto Müller — Eu não desejava apartear V. Exa., porque lhe pedi que falasse em nome do Partido da Maioria nesta Casa. E V. Exa. o faz sempre com o mesmo brilho, dando cabal desempenho à missão de liderança. Mas, em face do aparte do nobre Senador Eurico Rezende, eu queria pedir a atenção de V. Exa. para um aspecto muito importante para todos nós: este atentado, este seqüestro que ontem se fez, como os demais, fere as nossas tradições de Nação civilizada. Mas devemos acentuar que os operários brasileiros, os trabalhadores brasileiros, as classes mais modestas dos trabalhadores nacionais jamais se envolveram em crimes dessa natureza. Verificamos que se trata de um pequeno grupo, orientado de fora, com comando internacional, que vem procurando desmoralizar nossa tradição de povo civilizado, sem contar com o apoio do povo brasileiro, de todas as suas camadas, porque o povo condena esses atos de covardia como o que ontem foi praticado.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Tem toda razão, meu nobre Líder, no que acaba de asseverar.

Os operários estão do lado do Governo, no momento em que este se prepara para enfrentar o grande desafio que constitui o Nordeste brasileiro.

Os operários, trabalhadores, funcionários públicos, todas as forças deste País estão ao lado do trabalho hercúleo que desenvolve o Governo da Revolução, no sentido de melhorar as condições de vida de nosso povo.

Essa minoria ativista obedece a insinuações internacionais e tem objetivo nitidamente antinacional.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com muito prazer!

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Petrónio Portella, aparteio V. Exa. para anunciar que já se encontra sobre a mesa desta Casa, para ser lido e figurar nos anais do Congresso, o manifesto do partido a que sou filiado, o Movimento Democrático Brasileiro, de repulsa absoluta à atitude que V. Exa. está condenando, em brilhante discurso. Pessoalmente, quero dizer que, como velho político, figurando em diversos partidos, hoje pertencendo ao Movimento Democrático Brasileiro, se sentisse no seio desse partido qualquer elemento que se mantivesse alheio a esta repulsa, que é sentimento nacional, eu não figuraria mais nos quadros do Movimento Democrático Brasileiro. Estamos assistindo à degradação de uma civilização já radicada como a nossa, baseada em sentimentos cristãos, civilização de cultura, de um país como o nosso, já integrado na comunidade internacional, de que tanto precisamos e que tanto precisa de nós. Esse fato, Senador Petrónio Portella, revolta a todos os homens que têm um mínimo de sentimento de dignidade e patriotismo. Além de contar com a solidariedade do meu partido, V. Exa. recebe este meu aparte, que significa a solidariedade calorosa ao pensamento de V. Exa. Pode afirmar ao Governo, ao qual o Partido de V. Exa. serve com tanto patriotismo e dignidade, que nesta hora não há emedebistas nem arenistas: há brasileiros, no Congresso Nacional levantando-se, como uma força política dentro da sua soberania, para manifestar sua repulsa mais completa a esta indignidade, a essa torpeza, a essa política de terrorismo, que não tem outro objetivo senão servir a países estrangeiros contrários à nossa ideologia, ao nosso pensamento, aos nossos sentimentos, à nossa civilização. Querem levar-nos a este caos em que todos eles desejam que fiquem, sobretudo, as nações americanas. V. Exa. tem, neste aparte, a minha solidariedade calorosa para reafirmar ao Governo que não há situacionistas, nem emedebistas, há brasileiros, homens dignos que se levantam, dentro do Congresso Nacional, numa repulsa formal a essa indignidade, a essa po-

lítica degradante de nossa civilização e de nossos sentimentos cívicos. Essa política ofensiva ao nosso patriotismo, aos nossos deveres de cortesia, de hospitalidade, de segurança, que a Nação deve a um Embaixador de nação estrangeira que está, aqui, confiando neste grande sentimento que é o orgulho de todos nós, brasileiros, homens dignos, que compõem a Nação. Como assegurou o nobre Senador Filinto Müller, não há operário, não há funcionário público, não há jornalista que não seja capaz de manifestar a mesma repulsa a essa atitude, que significa a tentativa de conduzir o Brasil a uma degradação sem par, na história de nossa vida pública.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, felicito-me por haver antecipado à Nação as palavras de V. Exa. Fiz questão de frisar que, neste momento, não falo em nome da Maioria; falo em nome do Senado, falo em nome do povo brasileiro, pois não há divisionismo na hora de lutar contra a subversão, que nos desafia a todos, em pleno centro do Rio de Janeiro.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Desejaria — e não preciso dizer que me associo às palavras de V. Exa., porque está falando em nome do meu partido, Aliança Renovadora Nacional — sugerir ao Governo brasileiro, por intermédio do discurso de V. Exa. que levassse esse problema à próxima reunião da Organização dos Estados Americanos, porque o problema é sobretudo da América Latina. Reparem V. Exas. que isso não se verifica nem na Europa nem mesmo nos países muito mais atrasados e pobres da África e da Ásia. A concentração do esforço exterior para desmoralizar as instituições democráticas se volta contra a América Latina, porque, dentro da estratégia global e internacional, as forças antidemocráticas, as forças totalitárias tomaram como alvo imediato a América Latina. E note V. Exa. que agora como um dos pretextos invocados para os seqüestros figuram as pretensas torturas. Foi encontrado — publicou O Globo de hoje — no automóvel, no local do crime

de ontem, um documento dos terroristas, em que eram invocadas as torturas como justificativa para o crime de morte, para o morticínio, para a chacina. De modo que entendo necessário que a OEA considere o problema, que é sul-americano, é latino-americano, e leve-o à ONU. De acordo com os estatutos da ONU, ela não pode tomar conhecimento de problemas peculiares, internos de cada país, mas este não é um problema peculiar a cada país, é um problema peculiar a uma região. De modo que a questão fica perfeitamente dentro das finalidades da OEA e da ONU, para haver um movimento internacional contra o banditismo que, evidentemente, é de origem externa, e ninguém desconhece de onde partem os focos, focos não da subversão, mas do crime, do banditismo, de barbárie, focos que aviltam a civilização ocidental, com o objetivo precipuo de desmoralizar a civilização ocidental, em favor de ideologias estranhas e repudiadas pelo mundo ocidental.

Mas, a característica fundamental desses movimentos é o seu internacionalismo, e suas inspirações trazem a marca do fanatismo ideológico, pois o que se pretende é simplesmente destruir a Nação que construímos, destruindo-lhe a paz e a tranqüilidade e proclamar ao mundo que já não podemos nem mesmo manter com os outros povos amistosas relações. Mas, o mundo está conhecendo, e conhecerá ainda melhor o que está sendo feito no Brasil, e saberá que o terrorismo não tem força de destruir o que com tanto sacrifício estamos edificando. A ONU há de considerar o problema, não no seu aspecto local, mas como fenômeno que atinge todos os países da América do Sul.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Sr. Senador Mem de Sá, a contribuição de V. Exa. é altamente oportuna. O drama que vivemos não se cinge ao Brasil. Tem a dimensão continental e visa, sobretudo, a solapar nossas instituições; há tentativa de desmoralização do que construímos com tanto sacrifício e, sobretudo, de abafar, no caso particular do Brasil, os êxitos evidentes já alcançados pelo Governo da Revolução em todos os setores de atividades.

Mas, a característica fundamental desses movimentos é o seu internacionalismo, e suas inspirações trazem a marca do fanatismo ideológico, pois o que se pretende é simplesmente destruir a Nação que construímos, destruindo-lhe a paz e tranqüilidade e proclamar ao mundo que já não podemos nem mesmo manter com os outros povos, amistosas relações. Mas, o mundo está conhecendo, e conhecerá ainda melhor o que está sendo feito no Brasil, e sabe que o terrorismo não tem força de destruir o que com tanto sacrifício estamos edificando. A ONU há de considerar o problema, não no seu aspecto local, mas como fenômeno que atinge todos os países da América do Sul. Não será pelos caminhos escolhidos pelos agentes do crime que haveremos de salvar o homem e dar-lhe o que precisa fruir as excelências de uma melhor condição de vida. Não é, absolutamente, sob pretextos de desvios policiais que porventura possam existir, incontroláveis em qualquer regime ou por qualquer Governo, que se há de justificar o terrorismo; não será através do crime de morte, de atentado à mão armada, que os protestos se hão de fazer, ou as reivindicações se hão de objetivar. Não! Este não é o caminho do povo brasileiro. O caminho do povo brasileiro é o do desenvolvimento e, na emergência será, também, o a ser perlustrado pelo Governo da revolução, que, agindo com serenidade, agirá também com energia, punindo exemplarmente aqueles que tomarem a senda do crime para o protesto e para o desafio.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, feliz me encontro ao verificar que neste Plenário, agora, não há oposição nem Governo. Há brasileiros — como bem acentuou o nobre Senador Argemiro de Figueiredo —, brasileiros inteiramente solidários com o Presidente da República, com o Governo da revolução, o qual tem sabido encontrar o melhor caminho para destruir, em suas raízes e nos seus fundamentos, os frágeis argumentos da subversão e, agora, saberá punir, exemplarmente, quantos tenham, a mão armada, atentado contra a ordem, contra a paz e contra a segurança dos brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil, hoje, se prepara para enfren-

tar o desafio do Nordeste ainda desprovido dos meios de defesa contra a seca. À frente deste movimento, se encontra, pessoalmente, o Sr. Presidente da República. No momento em que o Governo se reúne para apresentar à Nação, e emocioná-la com seu trabalho, um plano visando a assistir o nordestino, os agentes da subversão tentam desviar a opinião pública da ação construtiva do Governo para esses espetáculos de terror e de sangue. Nada desviará o Governo da política que se traçou. Nossos caminhos são os caminhos da luta pela liberdade e pelo desenvolvimento. Atingiremos nossos objetivos, apesar desses espetáculos que repudiamos e condenamos.

Nossa vocação é a da liberdade; nossos caminhos serão os da democracia e nossa meta o desenvolvimento.

Sr. Presidente e Senhores Senadores, devidamente autorizado pelo Líder Filinto Müller, e sintonizado também com a idéia do MDB, triste, profundamente compungido, trago a minha palavra de brasileiro ao Governo e o concito a que não esmoreça na sua luta pela paz, que só será alcançada pelo desenvolvimento. Desenvolvimento e paz ameaçados pela ação de agentes ativistas que, em termos de número são simplesmente ridículos, mas que têm a força de traumatizar a opinião pública e, por algumas horas, desviar-nos do nosso trabalho.

Que, com a ajuda de Deus, as nações latino-americanas deixem de ser palcos desses atentados; que os agentes antinacionais se convençam de que temos energias viris para defender-nos e que nada deterá a nossa marcha visando a assegurar a paz a todos os brasileiros.

MDB e ARENA estão unidos; os dois partidos, representam as forças desta Nação, não comprometidos com a subversão empenhados na defesa das instituições democráticas.

Temos responsabilidades assumidas perante o povo a que nos dirigimos, dizendo: não desfaleceremos na luta nem desertaremos os caminhos que Deus nos concedeu, que são os caminhos da liberdade. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Esta Presidência comunicou ao Senador **Mariz** da Liderança do MDB o manifesto que vai ser lido pelo Sr. I.º-Secretário.

É lido o seguinte:

“O Movimento Democrático Brasileiro, coerente com atitudes anteriores, manifesta seu repúdio ao seqüestro do Senhor Ehrenfried Von Hollenben, Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil.

O respeito às imunidades diplomáticas, garantia secular do Direito Internacional, impõe que sejam mobilizados todos os esforços para a proteção da vida do Embaixador seqüestrado.

O MDB condena também a morte e os ferimentos de que foram vítimas servidores da Lei no cumprimento de seu dever, estendendo a suas famílias a expressão de sua solidariedade e pesar.

O MDB é contra a violência sob qualquer forma, porque fere o Estado de Direito, cuja implantação e defesa constituem objetivo permanente e fundamental de sua luta.

O presente pronunciamento confirma a autoridade e a imparcialidade do MDB quando, por igual, se contrapõe a quaisquer outros atentados aos direitos e garantias da pessoa humana. — Deputado **Ulysses Guimarães**, Presidente em exercício do Diretório Nacional do MDB.”

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Com a palavra o Senador **Eurico Rezende**. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Com a palavra o Senador **Dinarte Mariz**.

O SR. DINARTE MARIZ (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, a palavra do Senador **Petrônio Portella** interpretou o sentimento desta Casa, e com ela todos se solidarizam. Representante que é do meu Partido, ele falou pelo Senador.

Mas, agora, Sr. Presidente, venho prestar uma homenagem à imprensa brasileira, à grande voz da imprensa nacional, que, por sua unanimidade, nesta hora, forma ao lado do Governo brasileiro, repudiando o crime re-

petido que, infelizmente, a Nação está testemunhando, revoltada, na ocorrência de ontem à noite, do seqüestro do Embaixador da grande nação amiga, a Alemanha.

Quero, Sr. Presidente, nesta oportunidade, simbolizando tudo que poderíamos dizer de aplausos, na homenagem que presto, nesta hora, à imprensa brasileira, ler o editorial de um dos jornais que os dias se destacam dentre os seus congêneres da imprensa nacional, o **Jornal do Brasil**.

(Lê.)

“NAÇÃO AFRONTADA”

Mais um ato covarde de ação subversiva feriu o Brasil: o Embaixador da República Federal da Alemanha foi seqüestrado. E na emboscada que lhe armaram dois agentes federais tombaram, um sem vida e outro ferido; dois brasileiros. Toda a Nação se sente também atingida.

O manifesto em que se exprimem os agressores declara guerra a todos os brasileiros, ao advertir que doravante ninguém será poupado pela violência. Nós, que nos empenhamos para que o ódio nunca prevaleça, sob qualquer de suas numerosas práticas, não podemos calar uma repulsa que nos sufoca em indignação.

O Brasil, sob um Governo legítimo, progride a uma taxa que autoriza a confiança. A nação prospera, os problemas são enfrentados com disposição, o país se desenvolve. Os níveis de produção e consumo são hoje mais elevados do que em qualquer tempo passado.

Uma expectativa política razoavelmente favorável encaminha a oportunidade democrática. Merecemos a democracia e a alcançaremos por nossos méritos, a despeito da infima parcela de incendiados pelo ódio. A máciça maioria brasileira está voltada para o trabalho, a ordem e a esperança, que repele esta e qualquer outra prática de ódio e violência.

A decisão do Governo, dentro dos limites que inspiram a lei, em defesa das vítimas e para desagravar a honra nacional, contará

com a adesão certa da opinião pública brasileira.

Somos, desde ontem, uma nação afrontada por um ato que nos fere a todos. Somos 90 milhões desafiados em nossas disposições ordeiras e pacíficas por um grupo de fanáticos ensandecidos pela perda dos mais caros valores humanos.

Somos uma nação silenciosa e infelicitada, mas digna e civilizada. Não abriremos mão desta dignidade e desta civilização.”

Eis, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o editorial do **Jornal do Brasil** de hoje. Ao lê-lo, desta tribuna, manifesto os aplausos da Casa e da Nação brasileira, não só ao **Jornal do Brasil**, mas a toda a imprensa nacional que hoje, através de suas manchetes e dos seus editoriais, está condenando o bárbaro atentado e prestando a solidariedade que o Governo necessita de todo cidadão brasileiro, para combater essa ameaça que envergonha a nossa civilização. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Gulomard — **Oscar Passos** — **Milton Trindade** — **Lobão da Silveira** — **Clodomir Millet** — **Sebastião Archer** — **Victorino Freire** — **Sigefredo Pacheco** — **Wilson Gonçalves** — **Ruy Carneiro** — **João Cleofas** — **Pessoa de Queiroz** — **Teotônio Vilela** — **José Leite** — **Josaphat Marinho** — **Raul Giuberti** — **Paulo Torrès** — **Vasconcelos Torres** — **Aurélio Vianna** — **Nogueira da Gama** — **Lino de Mattos** — **Filinto Müller** — **Adolpho Franco** — **Antônio Carlos** — **Daniel Krieger**.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Está findo o período destinado ao Expediente.

Presentes 45 Srs. Senadores, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 337, de 1970) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1970 (n.º 100-A/69, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a

fim de ser registrada despesa em favor de M. Damásio — Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Em discussão a redação final.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Sem emendas e não havendo requerimento no sentido de que seja submetido a votos a redação final, será a mesma considerada definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 337, DE 1970

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1970 (n.º 100-A/69, na Casa de origem).

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1970 (n.º 100-A/69, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser registrada despesa em favor de M. Damásio, Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1970. — **Benedicto Valladares**, Presidente — **Cattete Pinheiro**, Relator — **Clodomir Millet**.

**ANEXO AO PARECER
N.º 337, DE 1970**

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1970 (n.º 100-A/69, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 72,

§ 7.º, da Constituição, e eu,
....., Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º , DE 1970

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser registrada despesa em favor de M. Damásio, Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto pelo Ofício n.º 1.603, de 1966, tornando-se definitivo o ato praticado na sessão daquela egrégia Corte, realizada em 15 de dezembro de 1966, para efeito de registro de despesa de Cr\$ 3.451,25 (três mil quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros e vinte e cinco centavos), em favor de M. Damásio, Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) —

Item 2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 338, de 1970) do Projeto de Resolução n.º 34, de 1970, que aprova as contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1968.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O Projeto irá à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 338, DE 1970

da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n.º 34, de 1970.

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 34, de 1970, que aprova as contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1968.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1970. — **Benedicto Valladares**, Presidente — **Cattete Pinheiro**, Relator — **Clodomir Millet**.

**ANEXO AO PARECER
N.º 338, DE 1970**

Redação final do Projeto de Resolução n.º 34, de 1970.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos dos arts. 42, inciso V, e 70, § 1.º, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º , DE 1970

Aprova as contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1968.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — São aprovadas as contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1968.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) —

Item 3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1969 (n.º 72-A/68, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento da despesa de NCr\$ 5.698,19, em favor da Companhia Fábio Bastos, Comércio e Indústria, tendo

PARECERES, sob n.ºs 335 e 336, de 1970, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Finanças, pela aprovação. Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 3, DE 1969
(N.º 72-A/68, na Casa de origem)

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento da despesa de NCr\$ 5.698,19, em favor da Companhia Fábio Bastos, Comércio e Indústria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É denegado provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de

Contas da União no Processo número de ações contra a Fazenda Pública, tendo

TC-26.247/66, e mantido o ato de 14 março de 1967, praticado em virtude de autorização do Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos n.º 343, de 1 de novembro de 1966, do Ministério da Agricultura, referente ao pagamento da despesa de NCr\$ 5.698,19 (cinco mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros novos e dezenove centavos), em favor da Companhia Fábio Bastos, Comércio e Indústria.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revêem-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Esgotada a matéria da pauta.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando, antes, para a da próxima segunda-feira, dia 15 de junho, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Redação Final

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 347, de 1970), do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1970, de autoria do Sr. Senador Guido Mondin, que institui o Dia Nacional das Artes.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 5, DE 1966

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 5, de 1966, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que estende às autarquias estaduais e municipais, as normas vigentes sobre prescrição de dívidas e

de ações contra a Fazenda Pública, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 146, de 1970, da Comissão

— de Constituição e Justiça.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 7, DE 1955

Discussão em segundo turno, (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1955, de autoria do Sr. Senador Mourão Vieira, que cria o Fundo Nacional de Fomento à Extração e Plantio da Borracha, tendo

PARECERES, sob n.ºs 447, de 1960, 121, 122 e 123, de 1970, das Comissões

— de Redação, oferecendo a redação do vencido para o 2.º turno;

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade;

— de Economia, pelo arquivamento, e

— de Finanças, pelo arquivamento.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 18, DE 1969

Discussão, em primeiro turno, (com apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 265-A do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 1969, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que estabelece novos valores para as multas por parte dos empregadores, das leis trabalhistas, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob n.º 145, de 1970, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16 horas.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

3.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 1970

As dezesseis horas do dia nove de junho do ano de mil novecentos e setenta, presentes os Senhores Senadores Daniel Krieger, Presidente, Eurico Rezende, Raul Giuberti, José Leite, Carlos Lindenberg, José Guiomard, Petrônio Portella e José Ermirio, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo, na Sala das Comissões.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Mem de Sá, Waldemar Alcântara, Carvalho Pinto, Aurélio Vianna e Ruy Carneiro.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Eurico Rezende que lê seu parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 7, de 1970, que autoriza o Poder Executivo a subscrever ações de aumento de capital de Aços Finos Piratini S.A., altera os artigos n.ºs 8.º e 10 da Lei n.º 3.972, de 13 de outubro de 1961 e dá outras providências.

Em discussão, usam da palavra os Senhores Senadores José Ermirio, Carlos Lindenberg, Petrônio Portella e Raul Giuberti.

Em votação é o projeto e parecer aprovados contra o voto do Senhor Senador José Ermirio.

A seguir, usa da palavra o Senhor Senador Guido Mondin, que relata o Projeto de Lei da Câmara n.º 8, de 1970, que dá nova redação à alínea p do artigo 1.º da Lei n.º 5.376, de 7 de dezembro de 1967, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz. O Parecer de Sua Excelência é favorável ao projeto.

Em discussão e votação é o parecer aprovado pela Comissão, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

4.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1970

Aos onze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta, às quinze horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Attilio Fontana, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Júlio Leite, Milton Trindade e José Ermirio, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Ney Braga, Argemiro de Figueiredo e Teotônio Vilela.

É lida e, sem restrições, aprovada a Ata da reunião anterior.

Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor Senador Milton Trindade, que oferece parecer ao Requerimento n.º 51, de 1970, do Senhor Senador José Ermirio de Moraes, solicitando a criação de Comissão Especial, composta de 5 (cinco) Senhores Senadores, para, no prazo de 90 dias, contados da sua instalação, estudar a situação da lavoura canavieira e da indústria açucareira no Brasil e fazer as recomendações convenientes sobre melhoria de produção, plantio, industrialização, financiamentos adequados e preços, a fim de normalizar as inconveniências apresentadas nas várias regiões brasileiras e para que possa esta agroindústria sobreviver e desenvolver-se no País.

A Comissão, por unanimidade, aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, Marcus Vinicius G. Gonzaga, Secretário "ad-hoc", lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

9.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1970

As dezessete horas do dia onze de junho de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Mem de Sá, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Júlio Leite, José Ermirio, Carlos Lindenberg, José Leite, Attilio Fontana e Cattete Pinheiro, reúne-se a Comissão de Economia do Senado Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Ney Braga, Duarte Filho, Bezerra Neto e Pessoa de Queiroz.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Júlio Leite, a fim de emitir parecer sobre a matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Sr. Senador Júlio Leite lê parecer pela constituição de uma subcomissão, nos termos do art. 220 do Regimento Interno, de caráter temporário, composta de cinco dos Membros da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal, ao Requerimento n.º 50, de 1970, do Senador José Ermirio de Moraes, solicitando a criação de Comissão Especial para, no prazo de 90 dias, estudar a situação da indústria petrolífera brasileira e fazer as recomendações necessárias ao seu rápido desenvolvimento.

Submetido o parecer à discussão e votação, é o mesmo aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE)	4º-Secretário: Manoel Villaça (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA)	Vice-Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI)
2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP)	2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)	Eurico Rezende (ARENA — ES)
1º-Secretário: Fernando Corrêa (ARENA — MT)	3º-Suplente: Domicio Gondim (ARENA — PB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM)	4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Guido Mondin (ARENA — RS)
3º-Secretário: Paulo Tôrres (ARENA — RJ)		Dinarte Mariz (ARENA — RN)
		DO MDB
		Líder: Aurélio Vianna (GB)
		Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC)
		Bezerra Neto (MT)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS
E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
José Leite
Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres
Teotônio Vilela

SUPLENTES

Mello Braga
José Guilomard
Adolpho Franco
Lobão da Silveira
Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama
Josaphat Marinho

José Ermirio
Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 360.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito
Vice-Presidente: Attilio Fontana

ARENA

TITULARES

Flávio Brito
Ney Braga
Attilio Fontana
Teotônio Vilela
Milton Trindade

SUPLENTES

Benedicto Valladares
José Guilomard
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Clodomir Millet

MDB

José Ermirio
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: terças-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMERCIO
— ALALC**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
Antônio Carlos
Mello Braga
Vasconcelos Torres
Mem de Sá

SUPLENTES

José Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
Antônio Carlos
Carvalho Pinto
Eurico Rezende
Guido Mondin
Petrônio Portella
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Moura Andrade

SUPLENTES

Mem de Sá
Flávio Brito
Benedicto Valladares
Milton Trindade
Júlio Leite
Vasconcelos Torres
Adolpho Franco
Filinto Müller
Dinarte Mariz

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Argemiro de Figueiredo
Nogueira da Gama
Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA**TITULARES**

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Petrônio Portella
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Guido Mondin
Antônio Fernandes

SUPLENTES

Benedicto Valladares
Mello Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Milton Trindade
Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena
Oscar Passos

Bezerra Neto
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá
Vice-Presidente: José Ermírio

ARENA**TITULARES**

Mem de Sá
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Ney Braga
Cattete Pinheiro
Atílio Fontana
Duarte Filho

SUPLENTES

José Leite
Filinto Müller
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Arnou de Mello
Antônio Carlos
Flávio Brito
Milton Trindade

MDB

Bezerra Neto
José Ermírio
Pessoa de Queiroz

Nogueira da Gama
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: terça-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Guido Mondin

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Ney Braga
Guido Mondin
Cattete Pinheiro
Duarte Filho

SUPLENTES

Benedicto Valladares
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Teotônio Vilela
Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade
Vice-Presidente: José Cândido

ARENA**TITULARES**

Moura Andrade
Antônio Carlos
Waldemar Alcântara
Milton Trindade
Flávio Brito
José Cândido
Eurico Rezende
Guido Mondin

SUPLENTES

José Guiomard
Victorino Freire
Filinto Müller
Lobão da Silveira
Raul Giuberti
Petrônio Portella
Daniel Krieger

MDB

Ruy Carneiro
Antônio Balbino
Argemiro de Figueiredo

Adalberto Sena
José Ermírio

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
Cattete Pinheiro
Mem de Sá
José Leite
Moura Andrade
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Raul Giuberti
Júlio Leite
Waldemar Alcântara
Vascelos Torres
Atílio Fontana
Dinarte Mariz

SUPLENTES

Carlos Lindenberg
Teotônio Vilela
José Guiomard
Daniel Krieger
Petrônio Portella
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Flávio Brito
Filinto Müller
Duarte Filho
Eurico Rezende

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA**TITULARES**

Flávio Brito
Adolpho Franco
Júlio Leite
Mem de Sá
Teotônio Vilela

SUPLENTES

José Cândido
Mello Braga
Arnou de Mello
Clodomir Millet
Milton Trindade

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adolpho Franco

Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA**SUPLENTE**

Celso Ramos

Milton Trindade

José Leite

Raul Giuberti

Duarte Filho

MDB

Argemiro de Figueiredo

TITULARES

Adolpho Franco

Victorino Freire

Atílio Fontana

Mello Braga

Júlio Leite

Aurélio Vianna

Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Leite

ARENA**SUPLENTE**

Mello Braga

José Guiomard

Teotônio Vilela

Guido Mondin

Victorino Freire

MDB

Oscar Passos

TITULARES

Antônio Carlos

José Leite

Celso Ramos

Carlos Lindenberg

Benedicto Valladares

Josaphat Marinho

José Ermírio

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA**SUPLENTE**

Teotônio Vilela

José Leite

Waldemar Alcântara

Dinarte Mariz

Carlos Lindenberg

MDB

Aurélio Vianna

Adalberto Sena

TITULARES

Clodomir Millet

Antônio Fernandes

Arnon de Mello

Duarte Filho

Menezes Pimentel

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

ARENA**SUPLENTE**

Adolpho Franco

Petrônio Portella

José Leite

Ney Braga

Milton Campos

Filinto Müller

Guido Mondin

José Guiomard

TITULARES

Daniel Krieger

Raul Giuberti

Antônio Carlos

Carlos Lindenberg

Mem de Sá

Eurico Rezende

Waldemar Alcântara

Carvalho Pinto

MDB

Antônio Balbino

José Ermírio
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: terças-feiras, às 18 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA**SUPLENTE**

Filinto Müller

José Leite

Clodomir Millet

TITULARES

Benedicto Valladares

Cattete Pinheiro

Antônio Carlos

Mem de Sá

MDB

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilberto Marinho

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**SUPLENTE**

José Guiomard

Carlos Lindenberg

Adolpho Franco

Petrônio Portella

José Leite

Teotônio Vilela

Clodomir Millet

TITULARES

Filinto Müller

Waldemar Alcântara

Antônio Carlos

Mem de Sá

Ney Braga

Milton Campos

Moura Andrade

Gilberto Marinho

Arnon de Mello

José Cândido

Mello Braga

MDB

Pessoa de Queiroz

Aurélio Vianna

Oscar Passos

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Raul Giuberti

ARENA**SUPLENTE**

Júlio Leite

Menezes Pimentel

José Leite

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

TITULARES

Cattete Pinheiro

Duarte Filho

Waldemar Alcântara

José Cândido

Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena

Bezerra Neto

Nogueira da Gama

Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Victorino Freire

Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
José Guimard
Gilberto Marinho
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTES

Filinto Müller
Atílio Fontana
Dinarte Mariz
Mello Braga
Celso Ramos

MDB

Argemiro de Figueiredo

Oscar Passos
Aurélio Vianna

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenberg

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Raul Giuberti
José Guimard

SUPLENTES

Celso Ramos
Petronio Portella
Eurico Rezende
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz

Ruy Carneiro
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Celso Ramos

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Vasconcelos Torres
José Guimard

SUPLENTES

Guido Mondin
Atílio Fontana
Eurico Rezende
Lobão da Silveira
Carlos Lindenberg

MDB

Ruy Carneiro

Pessoa de Queiroz
Bezerra Neto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Millet

Vice-Presidente: Milton Trindade

ARENA**TITULARES**

Clodomir Millet
Milton Trindade
José Guimard
Flávio Brito
Lobão da Silveira

SUPLENTES

José Cândido
Filinto Müller
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Cattete Pinheiro

MDB

Aurélio Vianna

Oscar Passos
Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —
Ramal 313.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-
teriores.

ASSINATURAS DO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE
PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podéres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:**Via Superfície:**

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Anais da Constituição de 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impressa pelo **Serviço Gráfico do Senado Federal**, compreendem 7 volumes em edição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionais face ao problema da outorga, eleição de uma Assembleia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adaucto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

Índices deste gênero são apresentados em todos os volumes dos Anais e compendidos em um volume final de índice Geral.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. — (2 tomos) — Preço Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação das páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo

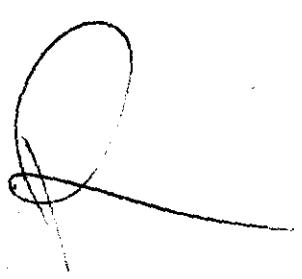
Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo (no prelo).

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque visado, ordem de pagamento ou vale postal, pagáveis em Brasília, a favor de

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Caixa Postal 1.503 — Brasília — Distrito Federal

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

A large, stylized handwritten mark or signature, possibly a stylized letter 'R' or a similar symbol, located in the lower-left quadrant of the page.

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20